



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1 Constitui objeto da presente licitação: **DISPENSA ELETRÔNICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEITARIA, VISANDO AO PREPARO E FORNECIMENTO DE BOLOS DESTINADOS À COMEMORAÇÃO DO 45º (QUADRAGÉSIMO QUINTO) ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo.

1.2 Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Responsável: Agenilton dos Santos Filho

2 A LEGISLAÇÃO APLICAVEL:

2.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

3 DAS ESPECIFICAÇÕES:

3.1 As especificações e o quantitativo dos itens e serviços a serem contratados constam a seguir. Segue a tabela com os itens a serem licitados:

3.2 Segue abaixo tabela especificando a descrição, unidade e quantidade considerando as características e quantidades previamente definidas conforme Documento de Formalização da Demanda (**DFD – ID: 1.598.289**):

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
01	Confecção de bolo retangular confeitado comemorativo ao Aniversário deste Município de Costa Marques/RO com ingredientes da massa branca tradicionais, com recheio de beijinho e brigadeiro branco e confeitado com as cores e com a bandeira do Município de Costa Marques/RO.	200	KG
02	Confecção de bolo retangular confeitado comemorativo ao Aniversário do Distrito São Domingos/RO com ingredientes da massa branca tradicionais, com recheio de beijinho e brigadeiro branco e confeitado com as cores e com a bandeira do Município de Costa Marques/RO.	120	KG
03	Confecção de bolo retangular confeitado comemorativo ao Aniversário do Distrito Forte	70	KG



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

	príncipe da Beira/RO com ingredientes da massa branca tradicionais, com recheio de beijinho e brigadeiro branco e confeitado com as cores e com a bandeira do Município de Costa Marques/RO.		
--	--	--	--



Imagem Ilustrativa: Bolo confeitado com as cores e com a bandeira do Município de Costa Marques/RO.

3.3 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 27.108,90 (vinte e sete mil cento e oito reais e noventa centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada no setor responsável, metodologia descrita no processo, conforme valores apurados e detalhados no Estudo Técnico Preliminar;

3.4 Os preços estimados, tanto unitários como global, correspondem aos máximos que esta prefeitura se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores sendo desclassificadas;

3.5 O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, mediante especificações usuais de mercado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021;

4 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:

4.1 A empresa favorecida obriga-se a prestar os serviços em até 24 horas após envio da ordem de serviço, em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência.

4.2 A vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação do extrato da contratação no Diário Oficial do Município.

5 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 5.1** A presente contratação visa a aquisição do serviço especializado de confecção de bolos confeitados comemorativos para os eventos alusivos ao Aniversário da fundação do Município de Costa Marques, incluindo as celebrações a serem realizadas na sede do município, no Distrito de São Domingos do Guaporé e no Real Forte Príncipe da Beira. Os bolos deverão ser fabricados em grande escala, contemplando características técnicas específicas de confeitaria e decoração personalizada com as cores e bandeira do Município. Tal serviço é indispensável para a realização dos eventos oficiais que promovem a integração comunitária e reforçam a identidade municipal.
- 5.2** Atualmente, a Secretaria Municipal de Administração não dispõe de profissional capacitado e estruturado para produzir bolos de grande porte e requinte, conforme a demanda requerida. A execução do serviço demanda equipamentos e técnicas especializadas, demandando experiência e maquinário industrial que não estão disponíveis na estrutura física e funcional da Prefeitura. Por se tratar de serviço sazonal, envolvendo a celebração de eventos pontuais, a contratação específica para esta finalidade é a solução mais viável e eficiente para suprir a carência técnica.
- 5.3** A não realização da presente contratação acarretará a impossibilidade de realização dos eventos comemorativos com a qualidade e requinte esperados, comprometendo a imagem institucional do Município e a satisfação da população local. Além disso, a ausência do serviço implicará em desorganização da programação oficial e falta de cumprimento das tradições culturais e comemorativas municipais, o que poderá gerar repercussões negativas no âmbito social e político municipal.
- 5.4** A demanda consiste na confecção de três bolos em especificações e volumes distintos: 200 kg para o Aniversário no Município, 120 kg e 70 kg para as festividades no distrito de São Domingos e Real Forte Príncipe da Beira em comemoração à fundação do Município, totalizando 390 kg de bolo confeitado com requisitos específicos de ingredientes, decoração e apresentação. A exigência qualitativa abrange massa branca tradicional, recheios de beijinho e brigadeiro branco, além da decoração personalizada, o que reforça a necessidade de contratação de empresa especializada, com experiência comprovada e infraestrutura adequada para atender tais demandas.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 6.1** A solução proposta é a realização de um processo de licitação aberto para fornecedores dos serviços listados, seguindo as regras e regulamentos estabelecidos pela documentação que regem o processo.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

6.2 O critério de julgamento adotado para o presente certame será o de **menor preço global**, correspondente ao menor valor total para o conjunto dos itens, em conformidade com o disposto no **item 8** e seus subitens do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

7 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1 Regularidade Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira

7.1.1 A empresa licitante deverá comprovar o cumprimento dos requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Especificações Técnicas do Serviço

7.2.1 O objeto contempla a prestação de serviços de confeitaria, visando ao preparo e fornecimento de bolos destinados à comemoração do 45º (quadragésimo quinto) aniversário de fundação do município de Costa Marques incluindo montagem e entrega, destinados ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Administração;

7.2.2 Os bolos deverão ser produzidos em conformidade com os padrões de qualidade, higiene e segurança alimentar exigidos pela legislação sanitária vigente, utilizando ingredientes novos, de primeira qualidade e dentro do prazo de validade. A massa deverá ser do tipo branca tradicional, contendo recheios de beijinho e brigadeiro branco, com acabamento confeitado e decoração temática personalizada, utilizando as cores oficiais e elementos representativos do Município, incluindo a bandeira municipal.

7.2.3 A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional para produção em grande escala, garantindo padronização visual, sabor, textura e apresentação dos produtos. O fornecimento deverá contemplar todos os insumos, materiais, utensílios, mão de obra, equipamentos, embalagens e transporte necessários à perfeita execução do serviço.

7.2.4 Os bolos deverão ser entregues nos locais, datas e horários previamente definidos pela Administração Municipal, em condições adequadas de conservação, acondicionamento e transporte, preservando a integridade, qualidade e segurança dos alimentos até o momento da distribuição ao público participante das festividades.

8 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

8.1 DA PREVISÃO LEGAL



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

8.1.1 Este Termo de Referência obedece às exigências da Lei nº 14.133/2021, especificamente o art. 75, inciso II, em razão do valor da contratação:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...] II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

8.1.2 Isso porque, o preço total da contratação enquadra-se no limite estabelecido no dispositivo citado, acatando, principalmente, aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, sendo neste último, em razão ao atendimento imediato da demanda apresentada.

8.1.3 Portanto, diante da existência de norma que autoriza a dispensa de licitação para compras e serviços cujo valor seja de até **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, nos termos do Decreto Federal nº 12.807, de 2025, e considerando que a presente contratação é indispensável para a continuidade das atividades da Secretaria Municipal de Administração, mostra-se legítima a adoção da contratação direta por esta unidade, com o objetivo de evitar potenciais prejuízos ao erário decorrentes da instauração de procedimento licitatório, tais como os custos administrativos e as despesas com publicação de edital.

8.1.4 Desta forma, a procedeu-se o enquadramento legal na hipótese de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, em observância ao 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, serão anotadas tais circunstâncias pelo fiscal do contrato em registro próprio.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

9.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.7 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1 O fornecedor será selecionado diretamente, por dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133.

10.2 Será selecionado o fornecedor que apresentar o menor valor para a contratação, correspondente ao menor valor total para o conjunto dos itens, além de cumprimento dos requisitos técnicos exigidos para esta contratação e atendimento integral do objeto a ser contratado.

11 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

11.1 O recebimento se efetivará com a prestação dos serviços, sendo atestado nos seguintes termos:

11.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto e serviços com as especificações.

11.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade objeto e consequente aceitação pelo setor competente.

11.2 Caso satisfatório as verificações do item anterior, será atestada a efetivação do recebimento do objeto da contratação.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e Edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2 Os produtos deverão apresentar a qualidade exigida de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078/1990);

12.3 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 12.4** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, realizando os serviços em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios da Prefeitura de Costa Marques qualidade dos serviços a serem prestados;
- 12.5** Substituir os produtos que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 12.6** O produto que for entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou na proposta da empresa vencedora será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso, devendo ser substituídos em até 5 dias;
- 12.7** Responsabilizar-se pelos danos porventura causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, até a entrega dos produtos, incluindo o transporte e o frete.
- 12.8** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 12.9** Substituir todo e qualquer produto fornecido fora do acordado;
- 12.10** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 12.11** Comunicar, imediatamente por escrito, a Prefeitura Municipal de Costa Marques qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, independentemente de solicitação por parte da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis;
- 12.12** Comunicar a Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 12.13** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 12.14** Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;
- 12.15** Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- 12.16** Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021;
- 12.17** Disponibilizar números de telefone fixo e de telefone móvel, bem como endereço eletrônico que possibilitem contato imediato entre contratada e contratante;
- 12.18** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

13 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 13.1** Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;
- 13.2** Comunicar à Contratada, qualquer irregularidade durante a execução contratual e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.
- 13.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência e seus anexos;
- 13.4** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 13.5** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 13.6** Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a contratada;
- 13.7** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 13.8** Efetuar o pagamento a Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;
- 13.9** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente certame, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 13.10** Solicitar a troca do(s) produto(s) a serem devolvido(s) mediante comunicação a ser feita pelo Fiscal do Contrato;
- 13.11** Realizar os pagamentos devidos nas datas aprazadas.

14 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

Da liquidação:

- 14.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias Úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 14.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O A prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período respectivo de execução do contrato;
 - e) O valor a pagar; e
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

14.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

Do pagamento:

14.6 Sem prejuízo de outros procedimentos que possam ser estabelecidos, será aplicado como critério de medição a entrega do produto, devidamente atestada pelo fiscal, nos termos e condições estabelecidos no Edital e seus Anexos;

14.7 Os pagamentos devidos à empresa a ser contratada serão efetuados contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura;

14.8 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contratado;

14.9 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do edital e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do produto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

14.10 O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 10 (DEZ) dias úteis a contar da liquidação da despesa, nos termos do art. 7º, inciso II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

14.10.1 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos de que dos incisos I e II do caput do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022 serão reduzidos pela metade;

14.11 O pagamento será creditado em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária conta no banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

- 14.12** A Prefeitura Municipal fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da entrega dos produtos ora contratados a empresa não estiver cumprindo as exigências do Termo de Referência, Carta Contrato ou edital;
- 14.13** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 14.14** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 14.15** Persistindo irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa.
- 14.16** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 14.17** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.
- 14.18** A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 15.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021, caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas nos artigos 156 e 162 da Lei Federal 14.133/2021, com possibilidade de prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

15.2 A multa prevista será a seguinte: - A sanção não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

15.2.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.3 O impedimento de licitar previsto acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.4 A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar acima será a seguinte: - A sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 42 do art. 156 da referida lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5 Outras sanções ocorrerão conforme Legislação aplicável.

16 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 Os recursos para o pagamento das despesas provenientes do contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária constante no quadro de Dotações/Recursos – vigente da Prefeitura Municipal de Costa Marques para o exercício de 2026. Segue abaixo:

02 – EXECUTIVO

02.02.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0004.2006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEMAD

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

FICHA: 34

17 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

17.1 O instrumento contratual poderá ser dispensado, sendo substituído pela nota de empenho da despesa e ordem de execução de serviço, por se tratar de dispensa de licitação em razão de valor, na forma do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES - SUPEL

18.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

18.2 As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Costa Marques/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.3 O Presente termo foi elaborado com base nas informações prestadas pela secretaria demandante.

19 ELABORADO POR:

JEFERSON LUCAS GUSMÃO SOBREIRA
Equipe de Planejamento da Contratação
DEC. Nº 508/GAB/2025

EDSON VITOR ASSUNÇÃO BARBOSA
Fiscal de Contratos da Superintendência Municipal de Licitações
DEC. Nº 068/GAB/2026

20 APROVAÇÃO E ASSINATURA:

AGENILTON DOS SANTOS FILHO
Secretário Municipal de Administração
DEC. Nº 011/GAB/2025



Costa Marques/RO, 28 de maio de 2026